

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A HUNGRIA

A República Federativa do Brasil

e

Hungria, doravante denominadas as “Partes”,

Desejando contribuir à efetiva cooperação jurídica entre os dois Estados, a fim de prevenir o crime, com base em mútuo respeito à soberania e à igualdade,

Desejando aprimorar a cooperação entre os dois Estados no campo da cooperação criminal;

Considerando que os objetivos podem ser alcançados por meio de um acordo bilateral que estabeleça ações conjuntas em matéria de extradição,

As Partes concluem o presente Tratado nos termos que se seguem:

Artigo 1 Obrigação de extraditar

As Partes obrigam-se, de acordo com as condições estabelecidas no presente Tratado, a extraditar os indivíduos encontrados em território nacional que sejam procurados por autoridades judiciais da Parte requerente, visando à condução de processos criminais ou à execução de privação de liberdade imposta por sentença transitada em julgado.

Artigo 2 Crimes passíveis de extradição

1. A extradição será concedida relativamente a crimes previstos na legislação nacional de ambas as Partes, puníveis por encarceramento ou outra pena de privação de liberdade por período máximo, superior a 1 (um) ano.

2. Será concedida a extradição com o propósito de execução de decisão judicial se, no momento de envio da solicitação de extradição, restar ainda um período mínimo de 6 (seis) meses de pena a ser cumprida pelo indivíduo procurado.
3. Um crime será passível de extradição mesmo se caracterizar uma tentativa ou participação no cometimento de um crime.
4. Para os fins deste Artigo, um crime será passível de extradição independentemente de estar previsto sob uma mesma classificação penal no ordenamento jurídico das Partes ou denominado sob uma mesma terminologia.
5. Quando a extradição for concedida em relação a um crime passível de extradição, ela também poderá ser concedida para qualquer outro crime especificado no pedido de extradição que cumpra todos os demais requisitos para extradição com exceção dos períodos de privação de liberdade estabelecidos nos parágrafos 1 e 2 deste Artigo.
6. Em matéria de infrações fiscais, financeiras, tributárias e relativas a câmbio, a extradição não poderá ser negada mediante justificativa de que a lei nacional da Parte requerida conceba regras fiscais e aduaneiras ou normas de regulação cambial, de maneira diversa àquela da legislação nacional da Parte requerente.

Artigo 3 **Recusa obrigatória**

A extradição será recusada se:

- a) a Parte requerida considerar que a extradição poderia ofender sua soberania, segurança nacional, ordem pública ou ser contrária à sua Constituição;
- b) a Parte requerida tiver fundados motivos para crer que a pessoa reclamada possa ser submetida a punição ou a qualquer outro ato ou omissão que não garanta o respeito aos direitos humanos fundamentais, incluindo a proteção contra tratamento cruel, desumano ou degradante na Parte requerente;
- c) a Parte requerida tiver fundados motivos para acreditar que o pedido de extradição foi apresentado com a finalidade de perseguir ou punir a pessoa reclamada por motivos de raça, gênero, religião, nacionalidade ou opinião política, ou por supor que a situação dessa pessoa possa ser agravada por qualquer desses motivos;
- d) processos criminais de acordo com a lei nacional da Parte requerida não puderem ser iniciados ou se uma sentença de privação de liberdade não puder ser executada devido à prescrição;
- e) houver uma decisão final previamente proferida contra a pessoa na Parte requerida em relação ao crime pelo qual a extradição é requerida;

- f) a Parte requerida tiver concedido asilo à pessoa reclamada;
- g) a Parte requerida tiver concedido o benefício do perdão ou da anistia à pessoa reclamada;
- h) a infração penal pela qual é pedida a extradição for de natureza estritamente militar, sem correspondente na legislação penal ordinária;
- i) a pessoa reclamada não era criminalmente imputável devido a sua idade, de acordo com a lei da Parte Requerida, no momento em que o crime foi cometido;
- j) o crime que fundamenta o pedido de extradição for considerado pela Parte requerida como crime político ou relacionado a crime político. Crimes não serão considerados políticos quando, no decorrer de seu cometimento, consideradas todas as circunstâncias, inclusive o propósito, o motivo, o *modus operandi* e os instrumentos usados ou que se tenha pretendido usar, os aspectos relacionados à lei penal ordinária prevalecerem sobre os políticos. Para esse fim, os seguintes crimes não serão considerados como crimes de natureza política:
 - I. crimes terroristas ou qualquer outro crime que não seja considerado como político de acordo com qualquer tratado internacional que tenha sido ratificado por ambas as Partes;
 - II. homicídio ou crime envolvendo homicídio de um Chefe de Estado ou Chefe de Governo estrangeiros ou membros de sua família;
 - III. genocídio, crimes de guerra ou crimes contra a paz e a segurança da humanidade.

Artigo 4 **Recusa facultativa**

1. A extradição poderá ser recusada se:
 - a) o crime que fundamenta o pedido de extradição estiver sujeito à jurisdição da Parte requerida, de acordo com sua lei nacional, e o reclamado estiver sob investigação ou passível de ser processado pelas autoridades competentes da Parte requerida pelo mesmo crime;
 - b) a Parte requerida, considerando a gravidade do crime e os interesses de ambas as Partes, considerar que a extradição possa ser incompatível com questões humanitárias, devido à idade, saúde, ou a qualquer outra circunstância pessoal do reclamado;
 - c) o reclamado for um nacional da Parte requerida. Se a Parte requerida não extradita seus nacionais, esta Parte deve, mediante solicitação da Parte requerente, submeter o caso à sua autoridade competente para considerar a

instauração de processos criminais. A Parte requerente deverá ser informada sobre o resultado de sua solicitação;

d) as autoridades competentes da Parte requerida tiverem decidido não instaurar ou encerrar processos criminais relacionados ao mesmo crime ou crimes;

e) o crime que fundamenta o pedido de extradição tiver sido cometido fora do território da Parte requerente e a lei da Parte requerida não permita perseguição criminal pela mesma categoria de crime, quando cometido fora do seu território, ou não permita a extradição pelo crime relacionado.

2. Para efeitos do presente Artigo, a nacionalidade será determinada de acordo com a legislação da Parte requerida no momento da decisão da extradição desde que essa nacionalidade não tenha sido adquirida com a intenção de impedir a extradição.

Artigo 5 **Autoridades Centrais**

1. Para os propósitos desse Tratado, as Autoridades Centrais designadas pelas Partes deverão comunicar-se diretamente.

2. As Autoridades Centrais são:

Pública; Para a República Federativa do Brasil – o Ministério da Justiça e Segurança

Para a Hungria – o Ministério da Justiça.

3. Cada Parte deverá informar a outra Parte sobre qualquer mudança relacionada às Autoridades Centrais por meio dos canais diplomáticos.

Artigo 6 **Prisão preventiva**

1. A Parte requerente poderá solicitar, em caso de urgência, a prisão preventiva do reclamado, até o recebimento do pedido de extradição. O pedido de prisão preventiva deverá conter referência ao mandado de prisão emitido por autoridade competente da Parte requerente ou à decisão final e indicação de que o pedido de extradição será apresentado em seguida. O pedido de prisão preventiva poderá ser enviado por meios eletrônicos ou por intermédio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) à Autoridade Central da Parte requerida.

2. A Parte requerida deverá informar imediatamente à Parte requerente sobre sua decisão em relação ao pedido de prisão preventiva.

3. A prisão preventiva deverá ser encerrada se, dentro de um período de 60 (sessenta) dias a partir da prisão da pessoa reclamada, a Autoridade Central da Parte requerida não tiver recebido o pedido formal de extradição e os documentos mencionados no Artigo 7.

4. A libertação de uma pessoa com base no Parágrafo 3 deste Artigo ocorrerá sem prejuízo de nova prisão e extradição da pessoa reclamada, caso a Parte requerida receba, posteriormente, o pedido formal de extradição.

Artigo 7

Pedido de extradição e documentos necessários

1. O pedido de extradição e os documentos necessários deverão ser apresentados por escrito por intermédio das Autoridades Centrais, e incluirá:
 - a) informações pessoais da pessoa reclamada, incluindo nome completo, data de nascimento, nacionalidade e, sempre que possível, impressões digitais, fotos e qualquer outra informação que possa ajudar a confirmar sua identidade ou residência;
 - b) resumo dos fatos relacionados ao crime que fundamenta o pedido de extradição, juntamente com local e data do cometimento;
 - c) classificação legal do crime;
 - d) o texto dos dispositivos legais referentes ao crime, à punição que possa ser imposta a esse crime e à jurisdição competente para a condução dos processos criminais;
 - e) o texto dos dispositivos legais referentes às limitações da persecução penal ou da execução de sentença de privação de liberdade;
 - f) citação da lei que confira jurisdição à Parte requerente sobre o crime que fundamenta o pedido de extradição, caso tenha sido cometido fora do território da Parte requerente.
2. Além do previsto no Parágrafo 1 deste Artigo, o pedido de extradição deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) cópia do mandado de prisão, caso o pedido de extradição se relacione a processos criminais;
 - b) cópia da decisão judicial e descrição do período de privação de liberdade já cumprido, se o pedido de extradição tiver por objetivo a execução de uma pena privativa de liberdade imposta à pessoa reclamada.
3. O pedido de extradição e os documentos que o fundamentem, bem como documentos ou outros materiais fornecidos em resposta a tal pedido, não demandarão certificação ou autenticação. Todos os documentos submetidos deverão ser acompanhados de tradução na língua oficial da Parte requerida.

4. As Autoridades Centrais poderão enviar e receber os documentos informados nos Parágrafos 1 e 2 deste Artigo por meios eletrônicos.

Artigo 8

Informações complementares

1. Caso a informação enviada pela Parte requerente, a qual acompanha um pedido de extradição, não seja suficiente para embasar a decisão da Parte requerida de acordo com esse Tratado, a Parte requerida poderá solicitar informações suplementares. As informações suplementares solicitadas deverão ser enviadas em até 60 (sessenta) dias após o recebimento do pedido.
2. Caso a pessoa reclamada seja presa e a informação suplementar não tenha sido recebida dentro do prazo especificado no Parágrafo 1 deste Artigo, a pessoa reclamada deverá ser solta. Essa liberação não impede que a Parte requerente envie novo pedido de extradição.
3. Caso a pessoa reclamada seja solta, na forma prevista no Parágrafo 2 deste Artigo, a Parte requerida deverá notificar a Parte requerente sobre o fato, com a maior brevidade possível.

Artigo 9

Decisão sobre o pedido de extradição

1. A Parte requerida deverá decidir sobre o pedido de extradição de acordo com o previsto neste Tratado e na legislação nacional e informará prontamente à Parte requerente sobre sua decisão.
2. Caso a Parte requerida negue, total ou parcialmente, a extradição da pessoa reclamada, os motivos da recusa serão comunicados à Parte requerente.

Artigo 10

Extradição simplificada

1. Se a pessoa reclamada, por livre e espontânea vontade, concordar de forma irrevogável e por escrito com a extradição, após ser informada pela autoridade competente da Parte requerida sobre seu direito a um processo formal de extradição, a Parte requerida poderá conceder a extradição sem que seja necessário o envio dos documentos indicados no Artigo 7 deste Tratado. No entanto, a Parte requerida poderá solicitar quaisquer informações adicionais que considere necessárias para conceder a extradição.
2. A declaração de consentimento pela pessoa reclamada será considerada válida se feita mediante assistência de um defensor, perante uma autoridade judicial da Parte requerida, a qual tem a obrigação de informar à pessoa reclamada sobre seu direito de se valer de um processo formal de extradição e sobre a irrevogabilidade de tal declaração.
3. A declaração será registrada em documento judicial, no qual constará que as condições para sua validade foram cumpridas.

Artigo 11

Princípio da especialidade

1. Uma pessoa que foi extraditada não poderá ser processada, condenada ou detida para efeitos de cumprimento de uma sentença ou de ordem de prisão por qualquer infração praticada previamente àquela que fundamenta sua extradição, nem poderá ter sua liberdade restringida por outra razão, salvo nos seguintes casos:

- a) quando a pessoa, após ter a oportunidade de deixar o território da Parte à qual foi entregue, não o tenha feito dentro de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da sua liberação definitiva, ou tenha retornado a esse território após tê-lo deixado. No entanto, esse período não incluirá o tempo durante o qual a pessoa não possa ter deixado a Parte requerente por razões que estejam fora de seu domínio;
- b) se a Parte que a entregou consentir. O pedido de consentimento deverá ser submetido, acompanhado dos documentos mencionados no Artigo 7 e de um registro legal de qualquer declaração feita pelo extraditado em relação ao referido crime. O consentimento poderá ser concedido se o crime que fundamenta o pedido for passível de extradição de acordo com o previsto neste Tratado;
- c) se o reclamado renunciar ao uso do princípio da especialidade.

2. Quando a tipificação do delito que motivou a acusação for alterada no decorrer do processo penal, a pessoa extraditada somente será processada ou julgada caso o delito, em sua nova tipificação, seja descrito como passível de extradição.

Artigo 12

Reextradição para um terceiro Estado

A Parte requerente não poderá reextraditar uma pessoa a um terceiro Estado sem o prévio consentimento da Parte requerida, em relação aos crimes cometidos antes da extradição. A Parte requerida poderá solicitar a apresentação de documentos e informações mencionados no Artigo 7 deste Tratado para dar tal consentimento.

Artigo 13

Pedidos concorrentes

1. Se a extradição de uma mesma pessoa for pedida por uma das Partes e por um ou mais Estados, a Parte requerida decidirá, de forma discricionária, para qual Estado extraditará o reclamado, e deverá notificar os Estados requerentes sobre sua decisão. No caso de concurso de pedidos entre um pedido de extradição da Parte requerente e um mandado de prisão apresentado à Hungria por um Estado Membro da União Europeia (Mandado de Prisão Europeu)

ou ao Brasil, por um Estado do Mercosul que seja parte de convenção sobre o assunto, a Parte requerida determinará para qual Estado o reclamado será extraditado.

2. A Parte requerida deverá considerar as seguintes circunstâncias para tomar uma decisão:

- a) gravidade do crime;
- b) local e data do cometimento do crime;
- c) nacionalidade e residência permanente do reclamado;
- d) data de apresentação dos pedidos;
- e) possibilidade de processos criminais subsequentes ou execução de uma sentença de privação de liberdade relacionada ao reclamado nos Estados requerentes.

Artigo 14 **Entrega do extraditando**

1. Se a Parte requerida conceder a extradição, as Partes deverão acordar imediatamente sobre a hora, o local e qualquer outra questão relacionada à extradição da pessoa reclamada. A Parte requerida deverá informar à Parte requerente sobre o lapso temporal que o reclamado ficou preso por motivos relacionados à extradição.

2. O período de extradição é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data em que a Parte requerente foi notificada da concessão da extradição.

3. Se a Parte requerente não tiver retirado o extraditando dentro do período especificado no Parágrafo 2 deste Artigo, a Parte requerida deverá liberar imediatamente a pessoa reclamada e poderá rejeitar um novo pedido de extradição da Parte requerente relacionado à mesma pessoa e aos mesmos crimes, salvo se estipulado de outra forma nos moldes do previsto no Parágrafo 4 deste Artigo.

4. Se uma Parte, por razões que estão além do seu domínio, não puder proceder à entrega ou à retirada de pessoa cuja extradição fora concedida, a Parte interessada deverá notificar imediatamente à outra Parte, e ambas deverão acordar novo prazo para a entrega.

5. O tempo em que ficou sob custódia por motivos de extradição, incluindo prisão domiciliar, deverá ser deduzido do tempo total da sentença privativa de liberdade estipulada pela Parte requerente em conformidade com sua legislação nacional.

Artigo 15

Entrega diferida ou temporária

1. Se a pessoa cuja extradição foi concedida estiver sendo processada ou estiver cumprindo uma pena na Parte requerida pelo cometimento de crime diferente daquele que fundamenta a concessão da extradição, a Parte requerida poderá adiar sua entrega até o fim do processo ou até o cumprimento integral da sentença.
2. A entrega também poderá ser postergada se a transferência puder por em risco a vida da pessoa reclamada ou piorar seu estado de saúde. Neste caso, a Parte requerida deverá providenciar um relatório médico detalhado emitido por autoridade médica competente o mais breve possível.
3. Nos casos especificados nos Parágrafos 1 ou 2 deste Artigo, a Parte requerida deverá notificar imediatamente à Parte requerente sobre qualquer adiamento e, assim que cessem os motivos do adiamento, deverá informar que a pessoa está disponível para ser entregue e que o prazo previsto no Parágrafo 2, Artigo 14, iniciou-se.
4. Mediante solicitação da Parte requerente, a Parte requerida poderá extraditar temporariamente o reclamado a fim de permitir a conclusão dos processos criminais na Parte requerente, após acordar o período da extradição temporária. A pessoa temporariamente extraditada deverá ficar detida durante o período de permanência no território da Parte requerente, e transferida de volta para a Parte requerida na data acordada. O tempo de detenção deverá ser deduzido do tempo da sentença de privação de liberdade a ser cumprido na Parte requerente.

Artigo 16

Apreensão e entrega de bens

1. Se a Parte requerente solicitar, a Parte requerida deverá, na medida do que lhe é permitido por sua legislação nacional, apreender objetos obtidos ou utilizados em conexão com o crime e qualquer outro bem que possa estar em seu território e que possa ter valor probatório, e entregar tais objetos à Parte requerente, se a extradição for concedida.
2. Os objetos mencionados no Parágrafo 1 deste Artigo deverão ser entregues ainda que a extradição, após ter sido concedida, não possa ser concluída devido à morte, ao desaparecimento ou à fuga da pessoa reclamada.
3. Quando o referido objeto é passível de apreensão ou perdimento no território da Parte requerida, a última poderá, em relação a processos criminais pendentes, postergar sua entrega à Parte requerente ou entregá-lo temporariamente, sob a condição de que seja devolvido pela Parte requerente.
4. No processo de entrega dos objetos enumerados, os direitos de propriedade de ambas as Partes e de terceiros deverão ser devidamente respeitados. Caso existam tais direitos, os objetos entregues deverão ser devolvidos a seus respectivos donos ou à Parte requerida sem a cobrança de encargos após a conclusão dos processos criminais, o mais breve possível.

Artigo 17

Trânsito

1. Cada Parte poderá, de acordo com sua legislação nacional, autorizar o trânsito, através de seu território, de pessoas extraditadas à outra Parte por um terceiro Estado.
2. A Parte requerente deverá enviar um pedido que contenha as informações de identificação da pessoa em trânsito e um breve resumo sobre as circunstâncias do crime à Parte requerida, por intermédio da Autoridade Central, usando meios eletrônicos ou, em casos particularmente urgentes, através da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). O pedido de trânsito deverá ser acompanhado de uma cópia do documento que confirme a extradição da pessoa e de informação sobre a identidade dos agentes de escolta responsáveis pela pessoa transitada.
3. A Parte requerida deverá manter sob custódia a pessoa em trânsito no seu território de acordo com sua legislação nacional.
4. Não é necessária permissão de trânsito se ocorrer por via aérea e não houver pouso programado no território da outra Parte. Caso ocorra um pouso não programado no território da outra Parte, esta Parte poderá solicitar o pedido para trânsito conforme previsto no Parágrafo 1 deste Artigo. A custódia da pessoa extraditada deverá ser executada por autoridades competentes da Parte do trânsito.

O pedido de permissão de trânsito e os documentos que o acompanham deverão ser traduzidos para a língua da Parte que conceder o trânsito.

Artigo 18

Custos

A Parte requerente deverá arcar com os custos relacionados à tradução dos documentos e ao transporte da pessoa entregue. A Parte requerida deverá arcar com os custos incorridos dentro de seu território desde a prisão da pessoa reclamada até o momento da sua entrega.

Artigo 19

Compatibilidade com tratados internacionais

Este Tratado não afeta os direitos e as obrigações das Partes assumidos em qualquer tratado internacional em que as Partes sejam parte e, para a Hungria, naqueles assumidos como Estado Membro da União Europeia.

Artigo 20

Proteção de dados

1. Sem prejuízo ao Parágrafo 2 deste Artigo, dados pessoais poderão ser transmitidos pelas Partes, e podem ser processados pela Parte que os recebeu, somente se for necessário e proporcional para propósitos de:
 - a) processos criminais ou execução de decisões judiciais pelas quais a extradição fora concedida em conformidade com este Tratado;
 - b) outros processos judiciais e administrativos diretamente relacionados a processos ou decisões judiciais mencionados no subparágrafo (a);
 - c) evitar uma ameaça séria e imediata à segurança pública.
2. Entretanto, tais dados poderão ser usados para qualquer outro propósito mediante prévio consentimento concedido pela Parte que transferiu os dados, ou pelo titular dos dados. O consentimento deverá ser dado de acordo com a legislação nacional da Parte requerida.
3. Por dados pessoais entendem-se: informações sobre a situação pessoal e fática de uma pessoa física identificada ou identificável.
4. Qualquer uma das Partes poderá se recusar a transferir dados pessoais obtidos mediante execução de um pedido feito nos termos deste Tratado sempre que tais dados forem protegidos por sua legislação nacional.
5. Mediante pedido da Parte que transfere dados pessoais como resultado da execução de provisões deste Tratado, a Parte que recebe os dados deverá conceder informações quanto ao uso desses dados.
6. Os dados pessoais em questão deverão ser liberados de acordo com a legislação nacional das Partes:
 - a) para pedido de informação relacionado ao processamento dos dados pessoais pelas autoridades competentes;
 - b) para pedido de retificação, supressão ou bloqueio dos dados pessoais;
 - c) para ter solução legal, incluindo solução judicial, caso o pedido do reclamado não seja cumprido.
7. Dados pessoais transferidos de acordo com esse Tratado deverão ser processados e apagados conforme legislação nacional da Parte recebedora dos dados.
8. Este Artigo não prejudicará a capacidade da Parte requerida de impor condições adicionais em um caso em particular em que o pedido específico de auxílio não possa ser cumprido sem tais condições. Quando forem impostas condições adicionais de acordo com este

parágrafo, a Parte requerida poderá solicitar que a Parte requerente conceda informações quanto ao uso da evidência ou da informação.

9. Quando, após a divulgação à Parte requerente, a Parte requerida tomar conhecimento de circunstâncias que poderão levá-la a buscar uma condição adicional para um caso específico, a Parte requerida poderá acordar com a Parte requerente para determinar a medida em que as evidências e informações poderão ser protegidas.

Artigo 21

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia que surja entre as Partes durante a aplicação ou interpretação deste Tratado será resolvida entre as Autoridades Centrais ou mediante consultas diplomáticas entre as Partes.

Artigo 22

Disposições finais

1. Este Tratado entrará em vigor a partir do 30º (trigésimo) dia após o recebimento da última notificação escrita por qualquer uma das Partes, por meio dos canais diplomáticos, que informe sobre a conclusão dos procedimentos internos necessários para sua entrada em vigor.

2. Este Tratado vigorará por tempo indeterminado.

3. Este Tratado deverá ser aplicado a todos os pedidos de extradição submetidos após sua entrada em vigor. Este Tratado amparará pedidos referentes a crimes cometidos antes de sua entrada em vigor.

4. Este Tratado poderá ser emendado com consentimento das Partes. As modificações e emendas serão feitas em protocolos separados, que se tornarão partes integrais deste Tratado e entrarão em vigor segundo os termos do Parágrafo 1 deste Artigo.

5. Este Tratado cessará de vigorar 6 (seis) meses após uma das Partes receber a respectiva notificação por escrito, por intermédio dos meios diplomáticos, informando sobre sua intenção de denunciá-lo.

6. Caso este Tratado seja denunciado, permanecerá aplicável aos procedimentos de extradição iniciados durante o período de sua vigência, até a conclusão de tais procedimentos.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram este Tratado.

FEITO em Budapeste, em 9 de maio de 2019, em dois exemplares originais, nos idiomas português, húngaro e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

Em caso de divergência interpretativa deste Tratado, o texto em inglês deverá prevalecer.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELA HUNGRIA



Ernesto Henrique Fraga Araújo
Ministro das Relações Exteriores



Szijjártó Péter
Ministro das Relações Exteriores e do
Comércio Exterior

**TREATY BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL
AND HUNGARY ON EXTRADITION**

The Federative Republic of Brazil

and

Hungary, hereinafter referred to as the "Parties",

Desiring to contribute to effective legal cooperation between the two States with the aim of preventing crime on the basis of mutual respect for sovereignty and equality,

Desiring to improve the cooperation between the two States in the field of criminal cooperation;

Taking into account that the goals can be achieved through a bilateral agreement establishing joint action in matters of extradition,

Have agreed as follows:

Article 1
Obligation to extradite

Each Party shall, in accordance with the provisions of this Treaty, extradite individuals found in its territory who are sought by judicial authorities of the requesting Party with a view to carry out criminal proceedings or to enforce a custodial sentence imposed by a final court judgement.

Article 2

Extraditable offences

1. Extradition shall be granted in respect of offences punishable under the national laws of both Parties by imprisonment or other deprivation of liberty for a maximum period exceeding 1 (one) year.
2. Extradition for the purpose of enforcement of a court judgment shall be granted if at the time of sending the extradition request a period of at least 6 (six) months of the custodial sentence remains to be served by the person sought.
3. An offence shall also be an extraditable offence if it consists of an attempt to commit, or participation in the commission of an offence.
4. For the purposes of this Article, an offence shall be an extraditable offence whether or not the laws of the Parties place the offence within the same category of offences or denominate the offence by the same terminology.
5. When extradition has been granted with respect to an extraditable offence, it may also be granted in respect to any other offence specified in the extradition request that meets all other requirements for extradition except for periods of custodial sentence set forth in Paragraphs 1 and 2 of this Article.
6. In respect of offences in connection with customs, taxes, duties and exchange, extradition may not be refused on the grounds that the national law of the requested Party does not envisage the tax and customs rules or norms in the sphere of currency regulation, similarly to the national legislation of the requesting Party.

Article 3

Mandatory grounds for refusal

Extradition shall be refused if:

- a) the requested Party considers that the extradition could harm its sovereignty, national security, public order or would be contrary to its constitution;
- b) the requested Party has reasonable grounds to believe that the person sought might be subjected to punishment or any other act or omission which does not ensure respect for fundamental human rights, including protection from cruel, inhuman, or degrading treatment in the requesting Party;
- c) the requested Party has reasonable grounds to believe that the extradition request has been made with the object of persecuting or punishing the person sought for reasons of race, gender, religion, nationality or political opinion, or for supposing that the person's position may be prejudiced for any of those reasons;

- d) criminal proceedings under the national law of the requested Party may not be initiated or a custodial sentence may not be enforced because of the expiry of statute of limitations;
- e) there has been a final judgment rendered against the person in the requested Party in respect of the offence for which the person's extradition is requested;
- f) the person sought has been granted asylum by the requested Party;
- g) the person sought has received the benefit of pardon or amnesty from the requested Party;
- h) extradition was requested for offences under military law which are not offences under ordinary criminal law;
- i) the person sought was not criminally punishable on the basis of his or her age, according to the terms of the legislation of the requested Party, at the time the crime was committed;
- j) the offence in respect of which extradition is requested is regarded by the requested Party as a political offence or as an offence connected with a political offence. Offences shall not be considered as political offences if in the course of their perpetration, taking into account all the circumstances, including the purpose, motive, *modus operandi* and the instrumentalities used or intended to be used, the ordinary criminal law related aspects of the offences outweigh the political ones. To this end, the following offences shall not be considered as offences of a political nature:
 - I. terrorist offences or any other offences which are not considered as political offences under any international treaty, which both Parties adhered to;
 - II. homicide or an offence involving homicide of a foreign Head of State or Head of Government or members of his or her family;
 - III. genocide, war crimes or crimes against the peace and security of humanity.

Article 4 **Optional grounds for refusal**

1. Extradition may be refused if:
 - a) the offence for which extradition is requested is subject to the jurisdiction of the requested Party in accordance with its national law, and the person sought is under investigation or will be prosecuted by the competent authorities of the requested Party for the same offence;
 - b) the requested Party, taking into account the gravity of the offence and the interests of both Parties, considers that the extradition would be incompatible

with humanitarian considerations, in view of the person's age, health, or any other personal circumstances;

- c) the person sought is a national of the requested Party. If the requested Party does not extradite its nationals, that Party shall, at the request of the requesting Party, submit the case to its competent authority for considering the institution of criminal proceedings. The requesting Party shall be informed of the result of its request;
- d) the competent authorities of the requested Party have decided either not to institute or to terminate criminal proceedings in respect of the same offence or offences;
- e) the offence for which extradition is requested has been committed outside the territory of the requesting Party and the law of the requested Party does not allow prosecution for the same category of offence when committed outside the latter Party's territory or does not allow extradition for the offence concerned.

2. For the purposes of the present Article, nationality shall be determined according to the legislation of the requested Party at the moment of the decision on extradition and provided that nationality has not been acquired for the purpose of impeding extradition.

Article 5

Central Authorities of the Parties

- 1. For the purposes of this Treaty, the Central Authorities designated by the Parties, shall communicate directly.
- 2. Central Authorities are:
for the Federative Republic of Brazil – the Ministry of Justice;
for Hungary – the Ministry of Justice.
- 3. Each Party shall inform the other Party of any change related to the Central Authorities through diplomatic channels.

Article 6

Provisional arrest

- 1. In case of urgency, the requesting Party may request the provisional arrest of the person sought, pending receipt of the extradition request. The request for provisional arrest shall contain reference to the arrest warrant of a competent authority of the requesting Party or to the final judgment and indication of the fact that the extradition request will be presented additionally. The request for provisional arrest may be sent by use of electronic means or via the International Criminal Police Organization (Interpol) to the Central Authority of the requested Party.

2. The requested Party shall immediately inform the requesting Party about its decision on the request for provisional arrest.
3. The provisional arrest shall be terminated if, within a period of 60 (sixty) days following the arrest of the person sought, the Central Authority of the requested Party has not received the formal extradition request and the documents mentioned in Article 7. This period may be extended by 20 (twenty) days, at the duly justified request of the requesting Party.
4. Release of a person according to the Paragraph 3 of this Article shall be without prejudice to the re-arrest and extradition of the person sought if the requested Party subsequently receives the formal extradition request.

Article 7

Request for extradition and supporting documents

1. A request for extradition and the accompanying documents shall be communicated in writing through the Central Authorities, and shall include:
 - a) personal details of the person sought, including his or her first name and family name, date of birth, nationality and, whenever possible, fingerprints, photographs and any other information which will help to establish his or her identity or residence;
 - b) summary of the facts comprising the offence for which extradition is requested, together with the date and place of its commitment;
 - c) legal classification of the offence;
 - d) the text of the relevant legal provisions of the offence, the punishment which could be imposed for that offence and the jurisdiction for conducting the criminal proceedings;
 - e) text of the relevant legal provisions related to the statute of limitations for the offence or for the execution of the custodial sentence;
 - f) if the offence for which extradition is requested was committed outside the territory of the requesting Party, extract from the law providing jurisdiction of the requesting Party on this offence.
2. In addition to the provisions of Paragraph (1) of this Article, the extradition request shall be accompanied by:
 - a) if the extradition request relates to criminal proceedings, a copy of the arrest warrant;
 - b) if the extradition request is aimed at the execution of a custodial sentence imposed on the person sought, it should also be accompanied by a copy of the court judgment and a description of the period of the custodial sentence already served.

3. A request for extradition and the documents in support thereof, as well as documents or other material supplied in response to such a request, shall not require certification or authentication. All submitted documents shall be accompanied by translation into the official language of the requested Party.

4. The Central Authorities may send and receive the documents referred to in Paragraphs 1 and 2 of this Article by use of electronic means.

Article 8

Supplementary information

1. If the information submitted by the requesting Party, which accompanies an extradition request, is not sufficient to ensure the decision of the requested Party in accordance with this Treaty, the requested Party may request supplementary information. The requested supplementary information must be submitted within 60 (sixty) days of receipt of the request.

2. If the person sought is arrested and the requested supplementary information has not been received within the period specified in Paragraph 1 of this Article, the person may be released. Such release shall not prevent the requesting Party to submit a new extradition request.

3. If the person sought is released from custody pursuant to Paragraph 2 of this Article, the requested Party shall notify the requesting Party about this as soon as possible.

Article 9

Decision on the extradition request

1. The requested Party shall decide on the extradition request in accordance with the provisions of this Treaty and its national law, and shall promptly inform about its decision the requesting Party.

2. If the requested Party denies, completely or partially, the extradition of the person sought, the reasons for refusal shall be communicated to the requesting Party.

Article 10

Simplified extradition

1. If the person sought irrevocably agrees, by his or her own free will, in writing to extradition after personally being advised by the competent authority of the requested Party of his or her right to formal extradition proceedings, the requested Party may grant extradition without being necessary to submit the documents indicated in Article 7 of this Treaty. However, the requested Party may request any further information it deems necessary to grant the extradition.

2. The declaration of consent by the person sought shall be valid if made with the

assistance of a defence counsel, before a competent judicial authority of the requested Party, which has the obligation to inform the person sought of the right to avail himself or herself of a formal extradition procedure and of the irrevocability of such declaration.

3. The declaration shall be recorded in a judicial document in which it is acknowledged that the conditions for its validity have been complied with.

Article 11

The rule of specialty

1. A person who has been extradited shall not be proceeded against, sentenced or detained with a view to the carrying out of a sentence or detention order for any offence committed prior to his or her surrender other than that for which he or she was extradited, nor shall he or she be for any other reason restricted in his or her personal freedom, except in the following cases:

- a) when that person, having had an opportunity to leave the territory of the Party to which he or she has been surrendered, has not done so within 45 (forty-five) days of his or her final discharge, or has returned to that territory after leaving it. However, this period does not include the time period during which the aforesaid person fails to leave the requesting Party for reasons beyond his or her control;
- b) when the Party which surrendered him or her consents. A request for consent shall be submitted, accompanied by the documents mentioned in Article 7 and a legal record of any statement made by the extradited person in respect of the offence concerned. Consent shall be given when the offence for which it is requested is itself subject to extradition in accordance with the provisions of this Treaty;
- c) the person sought renounces the use of the rule of specialty.

2. When the description of the offence charged is altered in the course of criminal proceedings, extradited person shall only be proceeded against or sentenced in so far as the offence under its new description is shown by its constituent elements to be an offence which would allow extradition.

Article 12

Re-extradition to a third State

The requesting Party may not re-extradite a person to a third State without the prior consent of the requested Party in respect of offences committed prior to the extradition. The requested Party may require the submission of the documents and information referred to in Article 7 of this Treaty to render such consent.

Article 13

Concurrent requests

1. If the extradition of the same person has been requested by one of the Parties and one or more third States, the requested Party shall decide, at its discretion, to which one of them it will surrender the person sought, and shall notify the requesting States of its decision. In the event of concurrence between a request for extradition from the requesting Party and an arrest warrant presented to Hungary by a Member State of the European Union (European Arrest Warrant) or to Brazil, by a State party of the Mercosur convention on the matter, the Requested Party shall determine to which State the person sought will be surrendered.

2. The requested Party shall consider the following circumstances to make a decision:

- a) severity of the offence;
- b) time and place of the commission of the offence;
- c) nationality and permanent residence of the person sought;
- d) time of submitting the requests;
- e) possibility of subsequent criminal proceedings or execution of a custodial sentence related to the person sought in the requesting States.

Article 14

Surrender of the person to be extradited

1. If the requested Party grants the extradition, the Parties shall promptly agree upon the time, place and any other relevant matter relating to the surrender of the person sought. The requested Party shall inform the requesting Party of the length of time for which the person sought was detained in connection with the extradition.

2. The time period for surrender of a person is 60 (sixty) days from the date on which the requesting Party was notified that the extradition was granted.

3. If the requesting Party fails to take over the person sought within a period specified in Paragraph 2 of this Article, the requested Party shall immediately release the person sought and may reject a new extradition request from the requesting Party referring to the same person and the same offences, unless Paragraph 4 of this Article stipulates otherwise.

4. If a Party for reasons beyond its control cannot surrender or take over a person whose extradition was granted, the Party concerned shall promptly notify the other Party, and they shall agree on a new term for surrender.

5. The time period spent in detention for extradition purposes, including house arrest, is deducted from the overall term of custodial sentence awarded in the requesting Party in accordance with its national law.

Article 15

Postponed or temporary surrender

1. If the person, whose extradition is granted, is being prosecuted or is serving a sentence in the requested Party for committing an offence other than that for which the extradition is granted, the requested Party may postpone his or her surrender until the end of the trial or until the full execution of the sentence.
2. Surrender may be also postponed when the transfer may endanger the life of the person sought or worsen the state of his or her health. In this case, the requested Party shall provide a detailed medical report issued by a competent medical authority as soon as possible.
3. In the cases specified in Paragraphs 1 or 2 of this Article the requested Party shall immediately notify the requesting Party on any such postponements and, when the reason of such postponement ceases to exist, that the person is available to be surrendered and that the time period foreseen under Paragraph 2 Article 14 is starting.
4. At the request of the requesting Party, the requested Party may temporarily extradite the person sought to enable to conclude the criminal proceedings in the requesting Party after agreeing on the time period of the temporary extradition. The person extradited temporarily shall be detained during the period of stay in the territory of the requesting Party and transferred back to the requested Party at an agreed time. The time spent in detention is deducted from the term of execution of the custodial sentence awarded in the requested Party.

Article 16

Seizure and surrender of property

1. If the requesting Party so requests, the requested Party shall, to the extent permitted by its national law, seize objects obtained or used in connection with the offence and any other property that may be found on its territory which could have evidential value; and surrender these objects to the requesting Party if the extradition is granted.
2. Objects mentioned in Paragraph 1 of this Article shall be handed over even if extradition, having been granted, cannot be carried out due to the death, disappearance or escape of the person sought.
3. When the said object is liable to seizure or confiscation in the territory of the requested Party, the latter may, in connection with pending criminal proceedings, postpone its surrender to the requesting Party or hand it over temporarily on the condition that it shall be returned by the requesting Party.
4. In the process of surrendering the enumerated objects, the property rights of

both Parties and third parties shall be duly respected. Should such rights exist, the objects surrendered shall be returned to their respective owners or to the requested Party free of charge after the completion of the criminal proceedings, as soon as possible.

Article 17

Transit

1. Each Party may, in accordance with its national law, authorize the transit through its territory of persons extradited to the other Party by a third State.
2. The requesting Party shall send a request containing identity information of the person transited and a brief summary on the circumstances of the offence to the requested Party through the Central Authority, by use of electronic means or, in particularly urgent cases, through the International Criminal Police Organization (Interpol). The transit request shall be accompanied by a copy of the document confirming the extradition of the person and information on the identity of the escort agents in charge of the person transited.
3. The requested Party shall keep in custody the transited person in its territory according to its national law.
4. Transit permission is not required if the transit is carried out by air and no landing is scheduled on the territory of the other Party. If an unscheduled landing occurs on the territory of the other Party, that Party may require the request for transit as provided in Paragraph 1 of this Article. Custody of the extradited person is carried out by the competent authorities of the Party of transit.
5. The request for transit permission and the documents that accompany it shall be translated into the language of the Party granting transit.

Article 18

Costs

The requesting Party shall bear the expenses related to the translation of documents and transportation of the person surrendered. The requested Party shall bear the costs incurred within its territory from the arrest of the person sought until the moment of surrender.

Article 19

Compatibility with international treaties

This Treaty does not affect the rights and obligations of the Parties assumed under any international treaty the Parties are part of and, for Hungary, those assumed as a Member State of the European Union.

Article 20

Data protection

1. Without prejudice to Paragraph 2 of this Article, personal data may be transmitted by the Parties, and may be processed by the Party to which the data have been transmitted only if it is necessary and proportionate for the purpose of:

- a) the criminal proceedings or execution of court decisions for which the extradition was granted under this Treaty;
- b) for other judicial and administrative proceedings directly related to the proceedings or court decisions mentioned under subparagraph (a) ;
- c) for preventing an immediate and serious threat to public security.

2. Such data may however be used for any other purpose if prior consent to that effect has been given by either the Party who transferred the data, or by the person subject of the data. The consent shall be given in accordance with the national law of the requested Party.

3. Personal data shall be understood to be particulars on the personal and factual situation of an identified or identifiable natural person.

4. Any Party may refuse to transfer personal data obtained as a result of the execution of a request made under this Treaty where such data are protected under its national legislation.

5. At the request of the Party that transfers personal data as a result of the execution of the provisions of this Treaty, the Party to which the data have been transferred shall give information on the use made with such data.

6. The personal data subject shall be enabled in accordance with the national legislation of the Parties:

- a) to request information regarding the processing of his or her personal data by the competent authorities;
- b) to request rectification, erasure or blocking of his or her personal data;
- c) to have legal remedy, including judicial remedy, if his or her request is not complied with.

7. Personal data transferred under this Treaty shall be processed and deleted in line with the national laws of the data receiving Party.

8. This Article shall not prejudice the ability of the requested Party to impose additional conditions in a particular case where the particular request for assistance could not be complied with in the absence of such conditions. Where additional conditions have been imposed in accordance with this paragraph, the requested Party may require the requesting Party to give information on the use made of the evidence or information.

9. Where, following disclosure to the requesting Party, the requested Party becomes aware of circumstances that may cause it to seek an additional condition in a particular case, the requested Party may consult with the requesting Party to determine the extent to which the evidence and information can be protected.

Article 21

Settlement of disputes

Any dispute arising during the application or interpretation of this Treaty shall be settled between the Central Authorities or through diplomatic consultation between the Parties.

Article 22

Final provisions

1. This Treaty shall enter into force on the 30th (thirtieth) day after the receipt of the last written notification by either Party, through diplomatic channels, about the completion of the domestic procedure necessary to its entry into force.

2. This Treaty is concluded for an indefinite period.

3. This Treaty shall apply to all requests for extradition submitted after the date of entry into force of this Treaty. Requests made under this Treaty shall apply to offences committed prior to its entry into force.

4. This Treaty may be amended with the consent of the Parties. The changes and amendments shall be made in separate protocols that become integral parts of this Treaty and shall enter into force in accordance with Paragraph 1 of this Article.

5. The force of this Treaty shall cease 6 (six) months after the date on which one Party receives the respective notification in writing through diplomatic channels about its intention to cease its validation.

6. In case this Treaty is terminated, it shall remain applicable to extradition procedures initiated during the period of its validity, until the completion of such procedures.

IN WITNESS WHEREOF, the undersigned, being duly authorized, have signed this Treaty.

DONE in Budapest on 9 May 2019 in two originals each in Portuguese, Hungarian and English languages, all texts being equally authentic.

In case of divergence in the interpretation of this Treaty, the English text shall prevail.

FOR THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

FOR HUNGARY



Ernesto Henrique Fraga Araújo
Minister of Foreign Affairs



Szijjártó Péter
Minister of Foreign Affairs and Trade

A BRAZIL SZÖVETSÉGI KÖZTÁRSASÁG ÉS MAGYARORSZÁG KÖZÖTT LÉTREJÖTT KIADATÁSI EGYEZMÉNY

A Brazil Szövetségi Köztársaság

és

Magyarország
(a továbbiakban együttesen: „a Felek”),

Attól az óhajtól vezérelve, hogy hatékonyabb jogi együttműködést alakítsanak ki a két állam között a bűncselekmények megelőzése terén a szuverenitás és az egyenlőség kölcsönös tiszteletben tartása alapján;

Attól az óhajtól vezérelve, hogy megerősítsék a két állam közötti kapcsolatokat a bűnügyi együttműködés terén;

Annak tudatában, hogy e cél kétoldalú kiadatási egyezmény keretében érhető el a kiadatási ügyekben történő közös fellépés útján;

Az alábbiakban állapodtak meg:

1. cikk

KIADATÁSI KÖTELEZETTSÉG

A jelen Egyezmény rendelkezéseivel összhangban mindkét Fél kiadja a területén tartózkodó azon személyeket, akiket a másik Fél igazságügyi hatóságai büntetőeljárás lefolytatása vagy bíróság által kiszabott jogerős ítéletben szereplő szabadságelvonás végrehajtása céljából keresnek.

2. cikk

KIADATÁSI BŰNCSELEKMÉNYEK

(1) Kiadatásnak olyan bűncselekmény esetében van helye, amely mindkét Fél joga alapján egy (1) évet meghaladó szabadságvesztés büntetéssel vagy más szabadságelvonással büntetendő.

(2) Ha a kiadatási kérelem célja szabadságelvonással járó bírósági ítélet végrehajtása, kiadatásnak akkor van helye, ha a kiadatási kérelem előterjesztésekor a kiadni kért személy szabadságelvonásának végrehajtásából legalább hat (6) hónap van hátra.

(3) Bűncselekmény elkövetésének kísérlete, vagy a bűncselekmény elkövetésében való részvétel szintén kiadatási bűncselekménynek minősül.

(4) A jelen cikk alkalmazása során egy bűncselekmény attól függetlenül kiadatási bűncselekmény, hogy a Felek joga azonos módon minősíti-e az adott cselekményt, vagy azonos elnevezéssel látja-e el a bűncselekményt.

(5) Ha a kiadatást egy kiadatási bűncselekményre engedélyezték, engedélyezhetik a kérelemben megjelölt más cselekményre is, ha az a jelen cikk (1) és (2) bekezdésében megjelölt szabadságelvonás időtartamait kivéve megfelel a kiadatáshoz szükséges minden egyéb feltételnek.

(6) A vámmal, adóval és devizasabályozással kapcsolatos jogszabályok megsértése esetében a kiadatás nem tagadható meg azon az alapon, hogy a megkeresett Fél nemzeti joga a valutaszabályozás terén nem irányoz elő a megkereső Fél nemzeti jogához hasonló adó vagy vám szabályokat.

3. cikk **KÖTELEZŐ MEGTAGADÁSI OKOK**

A kiadatást meg kell tagadni, ha:

- a) a megkeresett Fél úgy véli, hogy a kiadatás sértené a szuverenitását, nemzetbiztonságát, közrendjét, illetve a kiadatás a megkeresett Fél alkotmányába ütközne;
- b) a megkeresett Fél alapos okkal feltételezi, hogy a kiadni kért személy olyan büntetésnek, más cselekménynek vagy mulasztásnak lenne kitéve a megkereső Félnél, amely nem tartja tiszteletben az alapvető emberi jogokat, beleértve a kegyetlen, embertelen vagy megalázó bánásmód elleni védelmet;
- c) a megkeresett Fél alapos okkal feltételezi, hogy a megkeresést azért terjesztették elő, hogy a kiadni kért személy ellen a faji hovatartozása, neme, vallása, nemzetisége vagy politikai meggyőződése miatt folytassanak le büntetőeljárást vagy szabjanak ki büntetést, illetve a kiadni kért személy az említett okok miatt hátrányos helyzetbe kerülhet;
- d) a megkeresett Fél nemzeti joga szerint elévülés miatt büntetőeljárás már nem folytatható vagy a szabadságelvonást már nem lehet végrehajtani;
- e) a megkeresett Fél illetékes hatóságai a kiadni kért személlyel szemben már jogerős ítéletet hoztak a kiadatási kérelem tárgyát képező bűncselekmény miatt;
- f) a megkeresett Fél menedékjogot biztosít a kiadni kért személynek;

- g) a kiadni kért személyt a megkeresett Fél egyéni vagy közkegyelemben részesítette;
- h) a kiadatást olyan katonai bűncselekményre kérték, amely nem köztörvényes bűncselekmény;
- i) a kiadni kért személy a bűncselekmény elkövetésének időpontjában életkora miatt nem volt büntethető a megkeresett Fél joga szerint;
- j) a kiadási kérelem tárgyát képező bűncselekményt a megkeresett Fél politikai bűncselekménynek vagy azzal kapcsolatos bűncselekménynek tekinti.

A cselekmény nem tekinthető politikai bűncselekménynek, ha annak elkövetésénél – figyelemmel az összes körülményre, így a bűncselekmény által elérni kívánt célra, a bűncselekmény indítékára, az elkövetés módjára, a felhasznált vagy kilátásba helyezett eszközökre – a bűncselekmény köztörvényi jellege túlnyomó a politikaihoz képest.

Ennek értelmében nem tekinthetők politikai bűncselekménynek:

- I. olyan terrorcselekmények vagy más bűncselekmények, melyek nem minősülnek politikai bűncselekménynek bármely olyan nemzetközi szerződés szerint, melynek mindkét Fél részese.
- II. bármely Fél államfője, kormányának tagja vagy ezek családtagja ellen elkövetett emberölés vagy emberölést magában foglaló bűncselekmény;
- III. népirtás, háborús bűncselekmények vagy az emberiség békéje és biztonsága elleni bűncselekmények.

4. cikk MÉRLEGELHETŐ MEGTAGADÁSI OKOK

- (1) A kiadatást meg lehet tagadni, ha:
- a) a megkeresett Fél a nemzeti joga alapján joghatósággal rendelkezik a kiadatással érintett bűncselekményre, és a kiadni kért személy ugyanezen bűncselekmény miatt nyomozás alatt áll vagy ellene a megkeresett Fél illetékes hatóságai büntetőeljárást folytatnak;
 - b) a megkeresett Fél a bűncselekmény tárgyi súlyának és mindkét Fél érdekeinek figyelembe vétele mellett úgy véli, hogy a kiadás a kiadni kért személy korára, egészségi állapotára vagy bármely más személyes körülményére figyelemmel humanitárius megfontolásokkal összeegyeztethetetlen lenne;
 - c) a kiadni kért személy a megkeresett Fél állampolgára. Ha a megkeresett Fél nem adja ki saját állampolgárát, ez a Fél a megkereső Fél kérelmére megküldi az

ügyet az illetékes hatóságaihoz a büntetőeljárás megindításának megfontolása érdekében;

- d) a megkeresett Fél illetékes hatóságai olyan döntést hoztak, hogy ugyanazon bűncselekmény vagy bűncselekmények miatt nem indítanak büntetőeljárást, vagy a büntetőeljárást megszüntették;
- e) a kiadatási kérelemben szereplő bűncselekményt a megkereső Fél területén kívül követték el, és a megkeresett Fél joga nem engedi a büntetőeljárás megindítását ugyanezen bűncselekmény kategória miatt, ha azt az utóbbi Fél területén kívül követik el, vagy nem engedi a kiadást a megjelölt bűncselekmény miatt;

(2) Jelen cikk alkalmazása során az állampolgárságot a megkeresett Félnek a kiadatásról hozott döntés időpontjában hatályos jogszabályai alapján kell meghatározni, kizárva azt az esetet, ha az állampolgárság megszerzésének célja a kiadás megakadályozása volt.

5. cikk

A FELEK KÖZPONTI HATÓSÁGAI

(1) A jelen Egyezmény végrehajtása során a Felek által kijelölt központi hatóságok közvetlenül lépnek kapcsolatba egymással.

(2) Központi hatóságok a következők:

a Brazil Szövetségi Köztársaság részéről az Igazságügyi Minisztérium;
Magyarország részéről az Igazságügyi Minisztérium.

(3) A központi hatóságokkal kapcsolatos változásokról a Felek diplomáciai úton értesítik egymást.

6. cikk

IDEIGLENES KIADATÁSI LETARTÓZTATÁS

(1) Sürgős esetben a megkereső Fél kérheti a kiadni kért személy ideiglenes, a kiadatási kérelem kézhezvételéig tartó letartóztatását.

Az ideiglenes letartóztatásra vonatkozó kérelemben utalni kell a megkereső Fél illetékes hatósága által kibocsátott elfogatóparancsra vagy a jogerős ítéletre és arra, hogy az ideiglenes letartóztatási kérelmet kiadatási kérelem fogja követni. Az ideiglenes letartóztatás iránti kérelem elektronikus úton vagy a Nemzetközi Bűnügyi Rendőrség Szervezetén (Interpol) keresztül is megküldhető a megkeresett Fél központi hatóságához.

(2) A megkeresett Fél haladéktalanul tájékoztatja a megkereső Felet az ideiglenes kiadatási letartóztatás iránti kérelemről hozott döntéséről.

(3) Az ideiglenes letartóztatást meg kell szüntetni, ha a kiadni kért személy letartóztatásától számított hatvan (60) napon belül a megkeresett Fél központi hatósága nem

kapja meg a szabályszerű kiadatási kérelmet és a 7. cikkben említett dokumentumokat. A megkereső Fél megfelelően indokolt kérelmére a határidő húsz (20) nappal meghosszabbítható.

(4) A kiadni kért személy szabadlábra helyezése a jelen cikk (3) bekezdése alapján nem akadályozza a keresett személy későbbi letartóztatásának és kiadatásának, ha a megkeresett Fél később kézhez kapja a szabályszerű kiadatási kérelmet.

7. cikk

A KIADATÁSI KÉRELEM ÉS A SZÜKSÉGES DOKUMENTUMOK

(1) A kiadatási kérelmet és a szükséges dokumentumokat írásban terjesztik elő egymásnak a központi hatóságok. A kérelem tartalmazza:

- a) a kiadni kért személy személyes adatait, ideértve családi- és utónevét, születési idejét, állampolgárságát, és ha lehetséges, ujjlenyomatait, és fényképét, valamint bármely más olyan információt, amely segít meghatározni a személy személyazonosságát és lehetséges tartózkodási helyét;
- b) a kiadatással érintett bűncselekmény összefoglalását, ideértve az elkövetés helyét és idejét;
- c) a bűncselekmény jogi minősítését;
- d) a bűncselekmény meghatározására, a bűncselekményre kiszabható büntetésre, valamint a büntető joghatóság megállapítására vonatkozó releváns jogszabályi rendelkezések szövegét;
- e) a bűncselekmény, valamint a szabadságelvonást kiszabó ítélet végrehajtásának elévülési idejére vonatkozó releváns jogszabályi rendelkezések szövegét;
- f) olyan bűncselekmény esetében, melyet a megkereső Fél területén kívül követtek el, a megkereső Fél joghatóságának megalapozására vonatkozó jogszabályi rendelkezést.

(2) A jelen cikk (1) bekezdésében felsorolt követelményeken kívül csatolandó:

- a) az elfogatóparancs egy példánya, ha a kiadatási kérelmet büntetőeljárás lefolytatása céljából terjesztik elő;
- b) a bírósági határozat egy példánya, valamint a már letöltött szabadságelvonás időtartamának ismertetése, amennyiben a kiadni kért személy kiadatását szabadságelvonás végrehajtása céljából kéri.

(3) A kiadatási kérelmet és a csatolt dokumentumokat, valamint a kérelemre adott válaszként megküldött dokumentumokat és más iratokat nem kell hitelesítéssel vagy felülhitelesítéssel ellátni. Minden megküldött dokumentumot a megkeresett Fél hivatalos nyelvére történő fordítással kell ellátni.

(4) A központi hatóságok e cikk (1) és (2) bekezdésében megjelölt dokumentumokat elektronikus úton is megküldhetik és fogadhatják.

8. cikk

KIEGÉSZÍTŐ ADATOK

(1) Ha a megkeresett Fél úgy véli, hogy a kiadatási kérelem alátámasztására a megkereső Fél által megküldött adatok nem elegendőek a jelen Egyezmény alapján előterjesztett kiadatási kérelemről szóló döntés meghozatalához, akkor kiegészítő információkat kérhet. Ezen adatokat a kérés megérkezésétől számított hatvan (60) napon belül kell megküldeni.

(2) Ha a kiadni kért személy letartóztatásban van, és a megkeresett Fél a jelen cikk (1) bekezdésében megszabott határidőn belül nem kapja meg a kért kiegészítő információkat, akkor a személy szabadlábra helyezhető. Ez esetben a szabadlábra helyezés nem zárja ki, hogy a megkereső Fél újabb kiadatási kérelmet terjesszen elő a személy kiadása iránt.

(3) Ha a kiadni kért személyt a jelen cikk (2) bekezdése alapján szabadlábra helyezték, a megkeresett Fél haladéktalanul értesíti erről a megkereső Felet.

9. cikk

A KIADATÁSI KÉRELEMRŐL HOZOTT DÖNTÉS

(1) A megkeresett Fél a kiadatási kérelemről jelen Egyezmény és a nemzeti joga alapján dönt, és a döntésről haladéktalanul tájékoztatja a megkereső Felet.

(2) Ha a megkeresett Fél a kiadni kért személy kiadatását részben vagy egészben megtagadja, a megtagadás okait közölnie kell a megkereső Féllel.

10. cikk

EGYSZERŰSÍTETT KIADATÁS

(1) Ha a kiadni kért személy, miután a megkereső Fél illetékes hatóságai személyesen tájékoztatták őt, hogy joga van a szabályszerű kiadatási eljárás lefolytatásához, visszavonhatatlanul, szabad akaratából, írásban hozzájárul a megkereső Fél részére történő kiadatásához, akkor a kiadatási kérelem a jelen Egyezmény 7. cikkében foglalt dokumentumok előterjesztése nélkül engedélyezhető. A megkeresett Fél ilyen esetben is kérhet kiegészítő információt, ha ezt a kiadás teljesítéséhez szükségesnek tartja.

(2) A kiadni kért személy kiadatáshoz történő hozzájárulása akkor tekinthető érvényesnek, ha azt védő közreműködésével, a megkeresett Fél illetékes hatósága előtt teszi. A megkeresett Fél köteles tájékoztatni a kiadni kért személyt, hogy jogában áll a szabályszerű kiadatási eljárást kérni, valamint arról, hogy a nyilatkozatát nem vonhatja vissza.

(3) A nyilatkozatot igazságügyi okiratba kell foglalni, mely igazolja, hogy az érvényességi feltételek fennállnak.

11. cikk

A SPECIALITÁS ELVE

(1) A kiadott személy ellen nem lehet büntetőeljárást folytatni, őt elítélni vagy fogva tartani szabadságvesztés büntetés vagy szabadságelvonással járó intézkedés végrehajtása céljából olyan bűncselekmény miatt, amelyet az átadása előtt követett el, és különbözik attól, amely miatt kiadták; nem korlátozható továbbá a személyes szabadsága semmilyen más okból, kivéve a következő eseteket:

- a) ha a személy, bár lehetősége lett volna elhagyni annak a Félnek a területét, amelynek átadták, azt nem tette meg a végleges szabadon bocsátástól számított 45 napon belül, vagy miután elhagyta, oda visszatért. Ebbe az időszakba ugyanakkor nem számít bele az az időtartam, amíg a személy önhibáján kívüli okokból nem képes a megkereső Fél területének elhagyására.
- b) ha az a Fél, amelyik a személyt átadta, ahhoz hozzájárul. A hozzájárulás iránti kérelmet a 7. cikkben felsorolt iratokkal, valamint a kiadott személynek az adott bűncselekményre vonatkozó nyilatkozatát tartalmazó jegyzőkönyvvel együtt kell megküldeni. A hozzájárulást meg kell adni, ha a bűncselekmény, amelyre vonatkozóan kéri, önmagában is kiadási bűncselekmény jelen Egyezmény rendelkezéseinek értelmében;
- c) ha a kiadni kért személy lemond a specialitás elvének alkalmazásáról.

(2) Ha a bűncselekmény minősítése a büntetőeljárás folyamán módosul, a kiadott személy ellen csak annyiban lehet az eljárást lefolytatni és vele szemben büntetést kiszabni, amennyiben az új minősítés szerinti bűncselekmény tekintetében is - alkotó elemeit tekintve - mód volna kiadásra.

12. cikk

KIADATÁS HARMADIK ÁLLAM RÉSZÉRE

Amennyiben a megkeresett Fél előzetesen nem járul hozzá, a megkereső Fél nem adhatja tovább harmadik államnak a kiadott személyt olyan bűncselekmény miatt, melyet az első kiadás előtt követett el. A megkeresett Fél a hozzájárulás megadása előtt kérheti a jelen Egyezmény 7. cikke szerinti szükséges dokumentumok és információk megküldését.

13. cikk

EGYIDEJŰ KÉRELMEK

(1) Ha ugyanazon személy kiadását a másik Fél mellett egy vagy több harmadik állam is kéri, akkor a megkeresett Fél saját belátása szerint dönt arról, hogy melyiknek adja át a kiadni kért személyt, és döntéséről értesíti a megkereső államokat. A megkereső Fél által előterjesztett kiadási kérelem és egy európai uniós tagállam által kibocsátott, Magyarországnak megküldött elfogatóparancs (európai elfogatóparancs), vagy egy Mercosur tagállam által kibocsátott, Brazíliának megküldött elfogatóparancs közötti ütközés esetén a megkeresett Fél dönti el, hogy a kiadni kért személyt melyik államnak adja át.

- (2) A döntésnél a megkeresett Fél figyelembe veszi az alábbi körülményeket:
- a) a bűncselekmények tárgyi súlyát;
 - b) az egyes bűncselekmények elkövetési idejét és helyét;
 - c) a kiadni kért személy állampolgárságát és állandó lakóhelyét;
 - d) a kérelmek előterjesztésének időpontját;
 - e) annak lehetőségét, hogy a megkereső államokban egymást követően is lefolytathatják-e a büntetőeljárást vagy végrehajthatják-e a szabadságelvonást.

14. cikk **A KIADOTT SZEMÉLY ÁTADÁSA**

- (1) Ha a megkeresett Fél a kiadatást engedélyezi, a Felek illetékes hatóságai haladéktalanul megállapodnak a kiadni kért személy átadásának időpontjáról, helyszínéről és az egyéb fontos kérdésekről. A megkeresett Fél tájékoztatja a másik Felet a kiadási fogságban töltött időről.
- (2) A személy átadására hatvan (60) nap áll rendelkezésre attól a naptól kezdve, amikor a megkereső Felet a kiadás engedélyezéséről értesítették.
- (3) Ha a megkereső Fél a jelen cikk (2) bekezdésben lévő határidőn belül nem veszi át a kiadni kért személyt, a megkeresett Fél azonnal szabadlábra helyezi a személyt, és a megkereső Fél újabb, ugyanazon személyre, ugyanazon cselekményre vonatkozó kiadási kérelmét elutasíthatja, kivéve a jelen cikk (4) bekezdésében szereplő esetben.
- (4) Ha a Felek valamelyike önhibáján kívüli körülmény miatt nem adja át, vagy nem veszi át azt a személyt, akinek a kiadását engedélyezték, akkor erről a másik Felet haladéktalanul értesíti, és a Felek megállapodnak a kiadás új határnapjáról.
- (5) A kiadás miatt fogságban töltött időt – beleértve a házi őrizetet – be kell számítani a megkereső Fél nemzeti joga szerint az általa kiszabott szabadságelvonás időtartamába.

15. cikk **HALASZTOTT VAGY IDEIGLENES ÁTADÁS**

- (1) Ha a személy ellen, akinek kiadását engedélyezték, a megkeresett Fél büntetőeljárást folytat vagy ebben az államban büntetését tölti olyan bűncselekmény miatt, amely különbözik attól, amelyre a kiadását engedélyezték, a megkeresett Fél elhalaszthatja az átadást a büntetőeljárás befejezéséig vagy a büntetés letöltéséig.

(2) Az átadást akkor is el lehet halasztani, ha az veszélyeztetné a kiadni kért személy életét, vagy rontana az egészségi állapotán. Ebben az esetben a megkeresett Fél az illetékes orvosi hatósága által kiállított részletes orvosi jelentést küld haladéktalanul a megkereső Fél részére.

(3) E cikk (1) és (2) bekezdésében meghatározott esetekben a megkeresett Fél haladéktalanul értesíti a megkereső Felet az átadás elhalasztásáról, valamint arról – ha a halasztás oka megszűnik – hogy a személy átadható és a 14. cikk (2) bekezdésében meghatározott időtartam mely napon kezdődik.

(4) A megkeresett Fél a megkereső Fél külön kérésére ideiglenesen átadhatja a kiadni kért személyt büntetőeljárás lefolytatása céljából, miután nemzeti joguk szerint megegyeztek az ideiglenes kiadatás időtartamában. Az ideiglenesen átadott személyt a megkereső Fél területén az ott tartózkodás ideje alatt fogva kell tartani, és a meghatározott időben vissza kell őt szállítani a megkeresett Félhez. A fogvatartásban töltött időt a megkeresett Fél által kiszabott szabadságelvonás végrehajtása során be kell számítani.

16. cikk

TÁRGYAK LEFOGLALÁSA ÉS ÁTADÁSA

(1) Amennyiben nemzeti joga lehetővé teszi, úgy a megkeresett Fél a megkereső Fél kérelmére lefoglalja a bűncselekmény elkövetéséhez használt vagy a bűncselekmény elkövetése során megszerzett tárgyakat, valamint a területén talált bármely más olyan tárgyat, amely bizonyító erővel rendelkezhet, és ha a kiadást engedélyezik, akkor átadja a tárgyakat a megkereső Félnek.

(2) A jelen cikk (1) bekezdése szerinti tárgy átadható akkor is, ha – bár a kiadást engedélyezték - a kiadni kért személy átadására halál, eltűnés vagy szökés miatt nem kerülhet sor.

(3) Ha a tárgyak lefoglalás vagy elkobzás alá eshetnek a megkeresett Fél területén, ez utóbbi a folyamatban lévő büntetőeljárásra hivatkozva elhalaszthatja a jelen cikk (1) bekezdése szerinti tárgyak átadását, vagy a visszaadás feltételével ideiglenesen átadhatja azokat a megkereső Félnek.

(4) A felsorolt tárgyak átadása során a megkeresett Félnek vagy harmadik feleknek a tárgyakon fennálló jogait tiszteletben kell tartani. Amennyiben ilyen jogok fennállnak, a büntetőeljárás befejezése után a Felek haladéktalanul és költségmentesen visszajuttatják az átadott tárgyakat jogos tulajdonosuknak vagy a megkeresett Félnek.

17. cikk

ÁTMENŐ SZÁLLÍTÁS

(1) Mindkét Fél a nemzeti jogával összhangban engedélyezheti, hogy harmadik állam által a másik Félnek kiadott személyt átszállítsák a területén.

(2) A megkereső Fél által előterjesztett kérelemnek tartalmaznia kell az átszállítandó személy azonosításához szükséges adatokat, valamint a bűncselekménnyel kapcsolatos tények rövid összefoglalását. A kérelmet a központi hatóságok küldik meg egymásnak elektronikus úton, illetve különösen sürgős ügyekben a Nemzetközi Bűnügyi Rendőrség Szervezetén (Interpol) keresztül. A kérelemhez csatolni kell a kiadatás engedélyezését tartalmazó okirat másolatát, valamint az átszállítandó személyt kísérő megbízottak azonosításához szükséges adatokat.

(3) A megkeresett Fél saját területén az átszállítani kívánt személyt a nemzeti jogával összhangban tartja fogva.

(4) Az átmenő szállítás engedélyezése nem szükséges, ha az átszállítás légi úton történik, és az érintett Fél területén nincs tervezett leszállás. Ha nem tervezett leszállás történik a másik Fél területén, ez a Fél kérheti a jelen cikk (1) bekezdése szerinti átszállítási kérelem megküldését. A kiadott személy fogva tartásáról a megkeresett Fél illetékes hatóságai gondoskodnak.

(5) Az átmenő átszállítás iránti kérelmet és az ahhoz mellékletként csatolandó dokumentumokat az átszállítást engedélyező Fél nyelvére le kell fordítani.

18. cikk

KÖLTSÉGEK

A megkereső Fél viseli az iratok fordításával és az átadott személy szállításával kapcsolatos költségeket. A megkeresett Fél viseli a területén a keresett személy elfogásától az átadásáig felmerült költségeket.

19. cikk

NEMZETKÖZI EGYEZMÉNYEKHEZ VALÓ VISZONY

A jelen Egyezmény nem érinti a Felek más nemzetközi egyezmények alapján fennálló jogait és kötelezettségeit, illetve Magyarország részéről az Európai Unió tagságából eredő jogokat és kötelezettségeket.

20. cikk

SZEMÉLYES ADATOK VÉDELME

(1) A jelen cikk (2) bekezdésének sérelme nélkül, a Felek egymásnak személyes adatokat akkor továbbíthatnak, és az a Fél, amelynek az adatokat továbbították, akkor kezelheti ezeket, amennyiben az adatkezelés az alábbi célokból szükséges és arányos:

- a) a jelen Egyezmény alapján engedélyezett kiadatás alapját képező büntetőeljárás lefolytatása vagy bírósági határozat végrehajtása érdekében;
- b) egyéb igazságügyi és közigazgatási eljárásban, amely közvetlenül összefügg az a) pontban említett eljárással vagy bírósági határozattal;
- c) a közbiztonságot közvetlenül és súlyosan fenyegető veszély elhárítása érdekében.

(2) Az ilyen adat más célból is használható, ha az adatot továbbító Fél vagy az adatalany ahhoz előzetesen hozzájárult. A hozzájárulást a megkereső Fél nemzeti jogával összhangban kell megadni.

(3) Személyes adat az olyan adat, amely egy azonosított vagy azonosítható természetes személy személyes és ténybeli helyzetére vonatkozik.

(4) Bármelyik Fél jogosult megtagadni a jelen Egyezmény szerinti kérelem végrehajtása során beszerzett személyes adat továbbítását abban az esetben, ha az ilyen adat annak nemzeti joga alapján védelmet élvező minősített adatnak minősül.

(5) A jelen Egyezmény rendelkezéseinek végrehajtása során személyes adatot továbbító Fél kérésére az adatot fogadó Fél tájékoztatást ad az ilyen adatok felhasználásáról.

(6) Az érintett személy jogosult arra, hogy a Felek nemzeti jogszabályaival összhangban

a) tájékoztatást kérjen személyes adatainak az illetékes hatóságok általi kezeléséről;

b) kérelmezze személyes adatainak helyesbítését, törlését vagy zárolását;

c) jogorvoslattal – éljen, ideértve a bírói jogorvoslatot is – éljen, ha kérelmét nem teljesítik.

(7) Jelen Egyezmény alapján átadott személyes adatokat az adatot átvevő Fél nemzeti joga szerint kell kezelni és törölni.

(8) E cikk nem érinti az adatot továbbító Fél jogosultságát arra, hogy egyes esetekben további feltételeket szabjon, ha az adott megkeresést ilyen feltételek hiányában nem lehetne teljesíteni. Amennyiben a jelen bekezdés alapján további feltételeket állapítottak meg, a megkeresett Fél kérheti a megkereső Felet, hogy adjon tájékoztatást a bizonyíték vagy információ felhasználásáról.

(9) Amennyiben a megkereső Fél részére történő adatszolgáltatást követően a megkeresett Félnek olyan körülmények jutnak a tudomására, amelyek következtében egy konkrét esetben további feltételt kell kikötnie, a megkeresett Fél konzultálhat a megkereső Féllel annak meghatározása érdekében, hogy a bizonyíték és az információ védelme milyen mértékben lehetséges.

21. cikk **VITÁK RENDEZÉSE**

A jelen Egyezmény értelmezésével vagy alkalmazásával kapcsolatosan felmerülő bármilyen vitát a központi hatóságok vagy diplomáciai konzultáció útján kell rendezni.

22. cikk
ZÁRÓ RENDELKEZÉSEK

- (1) A jelen Egyezmény a diplomáciai úton érkezett azon utolsó írásbeli értesítés kézhezvételétől számított harmincadik napon lép hatályba, amelyben a Felek a jelen Egyezmény hatálybalépéséhez szükséges belső jogi eljárások lezárulásáról értesítik egymást.
- (2) Jelen Egyezményt határozatlan időre kötik.
- (3) Jelen Egyezmény valamennyi olyan kiadatási kérelemre alkalmazandó, amelyet a hatályba lépése után terjesztenek elő. A jelen Egyezmény alapján előterjesztett kérelmek a jelen Egyezmény hatályba lépése előtt elkövetett cselekményekre is alkalmazandók.
- (4) Jelen Egyezményt a Felek közös megegyezéssel módosíthatják. A változtatásokat és módosításokat külön jegyzőkönyvbe kell foglalni, mely a jelen Egyezmény szerves részévé válik, és a jelen cikk (1) bekezdése szerint lép hatályba.
- (5) Jelen Egyezmény hatálya megszűnik hat (6) hónappal azt az időpontot követően, amikor az egyik Fél megkapja az írásban, diplomáciai úton előterjesztett értesítést a felmondási szándékról.
- (4) A jelen Egyezmény – a felmondás ellenére – az eljárás befejezéséig alkalmazandó marad azokra a kiadatási eljárásokra nézve, amelyek a hatálya alatt indultak.

FENTIEK HITELEÜL, a saját nemzeti joguk szerint kellően meghatalmazott alulírottak aláírják a jelen Egyezményt.

KÉSZÜLT Budapesten, 2019. év május hó 9. napján, két eredeti példányban portugál, magyar és angol nyelven, amelyek mindegyike egyaránt hiteles.

Eltérő értelmezés esetén az angol szöveg az irányadó.

A BRAZIL SZÖVETSÉGI KÖZTÁRSASÁG
RÉSZÉRŐL

MAGYARORSZÁG RÉSZÉRŐL



Ernesto Henrique Fraga Araújo
Külügyminiszter



Szijjártó Péter
Külgazdasági És Külügyminiszter